

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 21.398 - DF
(2017/0247365-7)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO
EXEQUENTE : JOSE DO ESPIRITO SANTO
ADVOGADO : PAULO ROBERTO MANES - SP091571
EXECUTADO : UNIÃO

DESPACHO

No que concerne à petição de fls. 349 e seguintes, *"cabe registrar que a alegação de que há possibilidade de o anistiado não ter sofrido qualquer perseguição política não é suficiente para desconstituir o título executivo (judicial) formado nos presentes autos. Isso porque eventual suspensão do pagamento fica condicionada à demonstração de efetiva instauração de procedimento destinado a anular ou revogar o ato de concessão da anistia"* (AgInt na ExeMS 23.430/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2018, DJe 09/11/2018).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Ministro Presidente da Primeira Seção